

# ENSINO SUPERIOR E OS SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO DA AMAZÔNIA TOCANTINA

**Benedita das Graças Sardinha da Silva**

Professor de Educação Básica  
Universidade do Estado do Pará

**Marinilda Correa Sardinha**

Professor de Educação Básica  
Coordenadora Curricular do Programa Pronatec

**Marcos Marques Formigosa**

Mestrando em Educação em Ciências e Matemáticas  
Universidade Federal do Pará

**Resumo:** O presente artigo tem como objeto de estudo as políticas públicas para a educação do campo executadas na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, com o objetivo de discutir como tais políticas públicas foram implementadas e qual o reflexo dessas no interior da instituição. No processo de pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de coleta de dados documentos oficiais que dispõem sobre as políticas públicas para a educação do campo no Brasil. Constatou-se, a partir da pesquisa, que essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento dos grupos de pesquisa no *campus*; estreitou as relações entre a instituição e os movimentos sociais, bem como suscitou a preocupação da universidade na formação de professores para atuarem em escolas do campo.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Sujeitos do campo. Políticas públicas.

**Abstract:** This article is about the study of public policy for rural education implemented at the Federal University of Pará - University Campus Abaetetuba, aiming to discuss how such policies were implemented and what the impact of these within the institution. In the research process, chose a qualitative approach, using as a methodology the literature, and as a source of data collection official documents that have public policy for rural education in Brazil. It was found from the study that these initiatives have contributed to the strengthening of research groups on campus; narrowed relations between the institution and the social movements, and raised the concern of university teacher training to work in schools field.

**Keywords:** Education field. Subject field. Pronera. Procampo.

## Introdução

O contexto educacional do Pará apresenta uma realidade complexa, derivada de múltiplos elementos, entre os quais a sociobiodiversidade característica da região amazônica; a extensão territorial do Estado; a histórica desigualdade regional que tem imperado no Brasil que tem levado esse estado a apresentar baixos resultados em indicadores no Norte do país, com destaque aos indicadores educacionais.

Apesar da expansão do ensino em todos os níveis no país, ainda observa-se uma desigualdade educacional histórica entre as regiões e segmentos populacionais, de gênero, étnicos, urbanos e rurais. A precarização do ensino – distorção série-idade, condições físicas e materiais, falta de políticas que garantam a permanência dos alunos

com sucesso nos espaços educacionais – são elementos presentes na realidade, particularmente no meio rural, que evidenciam essa situação.

O ensino, de um modo geral, não proporciona uma educação contextualizada, que possibilite uma formação adequada ao modo de viver, pensar e produzir dos sujeitos do campo. Existindo, com isso, um desrespeito às particularidades, a cultura, os costumes, a diversidade desses sujeitos.

Essas questões tem motivado o movimento social organizado, intelectuais, instituições de ensino, a somar forças na busca da universalização da educação para os sujeitos do campo, em contraposição às políticas compensatórias do meio rural impostas. Nesse sentido, é necessário conceber que campo e cidade são espaços complementares e não espaços isolados, independentes um do outro.

Essas discussões levaram-nos a estudar as questões relacionadas sobre a formação em nível superior destinada aos sujeitos do campo no âmbito da Universidade Federal do Pará, especificamente do Campus Universitário de Abaetetuba. Assim, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (GEPED), buscou-se elencar as políticas públicas de formação ofertadas por este *Campus*, dentre as quais a formação de professores que atuarão, preferencialmente, nas escolas do campo. Além, de entender como esse processo formativo está sendo pautado na agenda das políticas públicas e se essas iniciativas estão respondendo aos anseios das populações que resistem e sobrevivem no campo.

### **A educação para o sujeito do campo**

Ao falar de Educação do Campo, inicialmente faz-se necessário ponderar que a mesma é fruto de inquietações e uma série de lutas protagonizadas por sujeitos sociais que almejam muito mais do que “elogios” a sua cultura e ao seu modo de viver, mas buscam ações que de fato atendam às suas especificidades e contribuam para a (re) afirmação de suas identidades.

Essas inquietações emergiram em virtude das políticas públicas para os sujeitos do campo, há tempos, estarem à margem das ações do Estado e, quando inseridas, geralmente, eram formuladas de maneira generalizada, ou seja, não atendiam, de fato, suas singularidades e particularidades.

Nesse cenário de discussão, os movimentos sociais tiveram papel fundamental no sentido de instigar o debate a cerca das causas do homem do campo. Foi por meio dessas mobilizações que houve iniciativas de elaboração, implementação e alguns casos

de consolidação de ações direcionadas para tais sujeitos, conforme Molina e Freitas (2011, p. 22) salientam: “[...] os movimentos sociais do campo, ao fazerem-se portavozes dessas reivindicações, sublinham exatamente essa diferença que marca o modo como se elaboram as respostas necessárias à garantia dos direitos historicamente negados”.

Dentre essas ações, destacam-se aquelas voltadas para a Educação do Campo, que conta com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), por exemplo, estabelece o direito aos povos do campo a um sistema de ensino que “respeite a diversidade do campo em todos seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia” (BRASIL, 2010).

Desse modo, é necessário considerar a relevância da Educação do Campo para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos do campo. E o Estado precisa buscar ações concretas para legitimar direitos e suprir essa dívida histórica. Nesse sentido, o acesso à educação em todos os níveis de ensino, para o atendimento dessas localidades é uma das políticas públicas que precisa está em pauta. Brasil (2010) apresenta como um dos princípios da Educação do Campo: o “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo”.

A universidade, enquanto *lócus* de formação privilegiado que agrega grupos sociais diversos, precisa está aberto também para o homem do campo, oferecendo, para isso, igualdade de acesso bem como a igualdade de resultados, por meio de ações afirmativas que materializam esse direito.

Assim, as diversas lutas e reivindicações traçadas pelo movimento social organizado que congregam o Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina (FORECAT)<sup>1</sup> tiveram papel fundamental na implementação de tais ações. Pois, o Estado, a partir das demandas apresentadas pelas entidades sociais, sentiu-se tensionado a suprir o anseio dos sujeitos do campo que encontravam dificuldades de

---

1 O FORECAT é um espaço que se constitui numa articulação de Instituições de Ensino, Pesquisa, Órgãos Governamentais de fomentos ao desenvolvimento e da área Educacional, Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais que compartilham princípios, valores, concepções político/as da região, particularmente para os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri e Moju com o objetivo principal de pensar, discutir e construir políticas públicas de educação e formação permanente do homem do campo, estruturadas a partir da dinâmica da Agricultura Familiar na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável (UFPA, 2010).

acesso ao ensino, principalmente em nível superior, tendo em vista as condições historicamente apresentadas.

Dentre as conquistas observadas na Amazônia Tocantina, destacam-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), desenvolvidos na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário de Abaetetuba – como principais políticas públicas para o campo. São essas duas ações que serão pontuadas neste trabalho, buscando descrever algumas características inerentes as mesmas.

### **Pronera: primeiros passos para o ensino superior**

O Rio Tocantins, banha diversos municípios do Estado do Pará. Dentre esses municípios, destacam-se onze que pertencem a uma região conhecida como Amazônia Tocantina. Essa região possui uma população, segundo o IBGE (2010) de 740.045 habitantes, dos quais, 52,8% são da Zona Rural. Em alguns deles, como os municípios de Acará e Limoeiro do Ajurú, por exemplo, mais de 75% residem no campo, possuindo um dos campesinatos mais antigos e importantes da Amazônia brasileira.

Em maior ou menor profundidade, a região sofre os impactos da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí além, da ampliação dos projetos agroindustriais da monocultura do dendê e dos grandes projetos industrial implementados na região. Todavia, busca a manutenção de atividades econômicas marcadamente envolvidas pelo extrativismo, o artesanato, a agricultura familiar e a pesca.

O *Campus* Universitário de Abaetetuba, localizado no município de Abaetetuba, também pertencente à Amazônia Tocantina, recebe alunos dessa e de outras regiões. Neste contexto, tem desenvolvido uma série de atividades e discussões no interior dos grupos de estudos e pesquisas, como é o caso do GEPEN. Discussões essas que vem de encontro às demandas propostas pelo movimento social.

Foi nesse cenário, que ocorrera a primeira experiência com Educação do Campo por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronera), como forma de atender a uma grande demanda de habitantes das regiões ribeirinhas, assentados da reforma agrária, dentre os quais professores em exercício, que teriam, através do projeto, uma formação adequada para atuarem nas escolas do campo.

O Pronera, em âmbito nacional foi criado por meio da Portaria nº 10 de 16/04/1998. Atualmente, o mesmo está instituído pelo Decreto Federal nº 7.352, que

“Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária”. A implantação desse Programa “[...] objetiva a ampliação e contextualização dos serviços de educação para o meio rural”, (BONNAL e KATO, 2011, p. 78) além, “[...] do acesso à educação como um direito” (Idem).

O referido programa tem contribuição significativa para o contexto atual da Educação do Campo, prova disso, é o Decreto anteriormente citado. Segundo Souza (2011, p. 147 *Apud* Molina 2008, p. 19-20):

[...] Parte significativa da luta dos sujeitos organizados do meio rural para a construção da Educação do Campo tem se dado por meio do Pronera. Os 10 anos de práticas concretas de escolarização dos assentados a completarem-se em 2008, que garantiram a materialidade do Programa, foram fundamentais para a construção da bandeira da Educação do Campo [...].

No *Campus* de Abaetetuba, a experiência desse Programa se deu por meio do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que no interior da UFPA ficou conhecido como Pedagogia das Águas, destinado aos ribeirinhos assentados da reforma agrária e possuía uma organização curricular distinta dos demais cursos de Pedagogia oferecidos pela instituição, observado, principalmente no Núcleo Eletivo, que possibilitava ao aluno cursar disciplinas com ementas relacionadas diretamente às questões inerentes ao campo, possibilitando a aproximação e o reconhecimento da forma de viver dos ribeirinhos.

Com isso, conforme UFPA (2005, p. 8), o curso de Pedagogia das Águas busca:

[...] consolidar uma nova identidade profissional do pedagogo, a partir de uma base de formação que contemple um conjunto articulado de conhecimentos mínimos necessários, que o qualifique para atuar nos espaços educativos formais e não-formais numa perspectiva de totalidade.

Dessa forma, buscou-se, por meio do curso de graduação em Pedagogia das Águas:

- I – Elevar a escolaridade de professores(as) de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Médio que atuam nas escolas dos assentamentos da Região das Ilhas de Abaetetuba [...]; e
- II – Formar professores(as) para o exercício da docência e das diferentes dimensões do trabalho pedagógico em âmbito formal e não formal, realizado em instituições escolares, movimentos sociais e organizações não-governamentais, além de outros espaços

institucionais e não institucionais, e/ou através de ações comunitárias e empresariais (UFPA, 2005, p. 08).

Ao todo foram ofertadas 50 (cinquenta) vagas, no ano de 2006, por meio de processo seletivo especial. Todas as vagas foram preenchidas, e no dia 14 de abril de 2011, a UFPA fez a cerimônia de colação de grau da turma denominada Domingos Trindade Ferreira Pereira (Assopra)<sup>2</sup> e outorgou o grau de Licenciados Plenos em Pedagogia a 46 (quarenta e seis) ribeirinhos das ilhas do município de Abaetetuba.

Assim, os ingressantes no Ensino Superior, por meio do Pronera, foram precursores na implementação das políticas públicas educacionais para o campo dentro do *Campus* obtendo excelente resultados, do ponto de vista do aproveitamento e permanência no curso, uma vez que dos cinquenta alunos egressos, quarenta e seis concluíram o curso, o que indica um percentual mínimo de evasão, mostrando, com isso, que o Programa possibilitou o acesso e a permanência de tais sujeitos.

### **Procampo: ampliando caminhos**

A experiência com o Pronera, permitiu que as discussões a cerca da importância da formação e qualificação dos professores que atuam no campo, bem como da necessidade de formação em nível superior para a juventude do campo, amadurecessem ainda mais no interior do *Campus*, influenciadas pela intervenção do movimento social por meio do FORECAT.

Com isso, a instituição, buscou outros meios que pudessem atender a uma demanda não apenas aos assentados das ilhas de Abaetetuba, mas também a outros grupos sociais do campo dos municípios que congregam a Amazônia Tocantina. Assim, um dos “caminhos” encontrados foi o Procampo que, dentre algumas conquistas, possibilitou a criação de uma nova área acadêmica dentro da instituição: o curso superior em Licenciatura em Educação do Campo, que segundo Brasil (2009), tem por objetivo:

A implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a

---

2 Um dos líderes do movimento social organizado que muito contribuiu para a realização desse projeto, desde sua elaboração, com sua sabedoria ribeirinha e em muito tem contribuído para a educação do campo na região do Baixo Tocantins e que na época coordenava o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA).

docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Este Programa pretende ainda, enriquecer o debate na formação dos professores das escolas do campo, associando sua formação através de processos educativos contextualizados, e sintonizados socioculturalmente com a realidade local e a diversidade da região. Além disso, surge como estratégia para a qualificação de profissionais que detenham um perfil voltado para as questões intrínsecas ao campo na Amazônia e que sejam capazes de multiplicar conhecimentos e ações no processo de valorização da identidade cultural do homem do campo.

No Campus Universitário de Abaetetuba o projeto aprovado junto ao MEC contempla as áreas de Ciências Naturais, Linguagem e Matemática, destinado à formação inicial de 60<sup>3</sup> (sessenta) professores que já atuam em escolas do campo. Segundo Freitas (2011, p. 46) “A formação é por área de conhecimento, prevendo a docência multidisciplinar. A matriz curricular desenvolve uma estratégia multidisciplinar de trabalho docente, organizando os componentes curriculares”.

Sá (2011, p. 82) também ressalta o perfil do egresso do Curso de Educação do Campo:

[...] o perfil do egresso é o de um educador cuja prática pedagógica esteja baseada numa visão de totalidade da realidade em que ele se insere e numa metodologia de produção de conhecimento que seja pertinente à transformação dessa realidade. Trata-se de uma experiência em construção em que a práxis pedagógica busca constituir o conhecimento científico a partir da complexa trama entre o particular e o universal, o subjetivo e a objetividade, na imbricação com os saberes e experiências das histórias vividas por esses sujeitos.

Para a construção desse perfil, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) propõe que as atividades curriculares sejam desenvolvidas em regime de alternância, ou seja, os alunos são levados a cursarem a disciplinas curricular, conhecido como Tempo-Universidade (que acontece nas férias escolares: janeiro e julho) e após esse período, os mesmos são orientados a desenvolverem práticas docentes nas suas comunidades de origem, numa perspectiva ação-reflexão-ação, fortalecendo a sua formação de forma prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar tais práticas, em uma articulação entre teoria e prática, nesse caso, o Tempo-Comunidade

---

3 As 60 (sessenta) vagas ofertadas no Processo Seletivo Especial (PSE) foram divididas em igualdade entre as habilitações e, o candidato deveria optar pela mesma no ato da inscrição do PSE.

Esse regime tem por objetivo “[...] garantir o vínculo dos estudantes com suas comunidades de origem” (FREITAS, 2011, p. 45) e que o curso não seja uma alternativa desses formandos, deixarem de viver no campo, após a conclusão do mesmo. Molina & Freitas (2011, p. 28) também ressalta a importância dessa organização curricular:

Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, a proposta curricular da licenciatura objetiva integrar a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário à sua formação de educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, como também nos tempos de produção da vida nas comunidades onde se encontram as escolas do campo.

Para implementação do regime de alternância são realizadas oficinas pedagógicas, elaboradas, inicialmente, nas disciplinas Práticas Pedagógicas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII e são acompanhadas por membros do FORECAT e pela coordenação pedagógica do Curso. Nessas disciplinas os alunos são levados a desenvolverem a “capacidade de compreender o processo educativo como espaço interdisciplinar com vistas a articulação entre a realidade vivenciada pelo aluno e a prática pedagógica das escolas. Buscando uma análise global e crítica da realidade educacional” (UFPA, 2009, p. 72).

Após a execução das oficinas, os alunos-cursistas socializam o resultado do trabalho para a comunidade acadêmica através de Seminários Integradores “dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção” (UFPA, 2009, p. 26). Reafirmada pela proposta do Núcleo Formador contida no PPC, que segundo UFPA (2009, p. 24), tem por objetivo:

[...] proporcionar ao graduando subsídios para a construção da formação intelectual, visando a *reafirmação da identidade cultural* articulando aspectos da docência, memória e práticas educativas na educação do Campo como principais elementos da formação do educador/licenciado (Grifos dos autores).

Esses núcleos formadores em muito podem contribuir para a reflexão sobre as práticas docentes e os valores sociais que as mesmas tem no contexto educacional, social, político e econômico. Além disso, remete-nos a discussão sobre quais “saberes” são necessárias aprender para que consigam estabelecer relações do contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos com o mundo.

Todavia, muitas dificuldades vêm sendo encontradas para execução desse programa dentro da UFPA. Por ser um Programa do Governo Federal, o Procampo recebe recursos próprios<sup>4</sup> para o desenvolvimento de suas atividades. Recursos esses que são repassados para a instituição. Mas, atualmente, segundo a coordenação do Programa no *Campus*, o Governo Federal não tem feito o repasse desses recursos para a UFPA. Pelo fato de todos os alunos serem da zona rural de seus respectivos municípios, precisam de espaço para alojamento e deslocamento. As aulas (conhecido como Tempo Universidade) acontecem em período de férias escolares (janeiro/fevereiro e julho/agosto) e os alunos se deslocam nesses períodos para Abaetetuba.

Isso tem ocasionado uma série de dificuldades para o *Campus*, que possui um orçamento limitado e ainda atende outras demandas da Unidade. A turma “beneficiada” pelo Procampo já concluiu o 4ª Etapa (de um total de 8) do Tempo-Universidade, e durante a construção desse trabalho, algumas disciplinas a serem ofertadas em Julho não possuem professores lotados, pois o curso de Educação do Campo não tem quadro próprio de docentes para ministrarem disciplinas.

Geralmente os docentes são lotados em suas Faculdades e quando necessitam cobrir seus planos individuais de trabalho (PIT) recorrem ao curso de Educação do Campo para tal. Mas, vale ressaltar que muitos docentes ministram disciplinas com seus PIT's já preenchidos, por acreditarem na proposta do trabalho e não deixarem que o mesmo deixe de acontecer. Ou até mesmo professores de outros *campi* se deslocam para Abaetetuba para contribuir no processo de formação desses sujeitos

Outra questão que merece destaque é o papel que as entidades que compõem o FORECAT têm desempenhado, oferecendo um grande suporte para o desenvolvimento dessas atividades, seja com recursos financeiros, seja com recursos humanos, onde os próprios participantes do Fórum desenvolvem atividades que vão desde a busca de recursos para o desenvolvimento das atividades, como serviços de limpeza, manutenção, transporte e outros tudo isso para evitar que o aluno deixe de está em sala de aula para está desenvolvendo tais atividades.

Assim, pelo exposto observa-se o governo não garante o andamento tranquilo do programa, retardando ainda mais a qualificação desses sujeitos do campo. Mas, o movimento social, a universidade e os próprios alunos acreditam na melhoria da

---

4 Esses recursos são destinados exclusivamente para material de consumo, hospedagem e transporte dos alunos, além de pagamento de diárias para acompanhar as oficinas pedagógicas nas comunidades

qualidade da Educação do Campo, na região do Baixo Tocantins, mediante a formação recebida pelo Procampo.

### **Considerações**

Com este trabalho, pretendeu-se fazer um levantamento a cerca das políticas públicas voltadas para a Educação do Campo na região conhecida como Amazônia Tocantina, estado do Pará, que foram implementadas no *Campus* Universitário de Abaetetuba. Constatou-se, que essas políticas públicas não são apenas iniciativas do Estado e sim resultado do protagonismo da luta social dos trabalhadores rurais – que abrem possibilidades e desafios para emancipação dos sujeitos do campo.

Faz-se necessário ressaltar que as políticas públicas para os sujeitos do campo vêm sendo ampliadas nos últimos anos. Políticas essas que vão desde a Creche à Educação Superior. Todavia, o que se observa é que tais políticas públicas ainda acontecem de forma compensatória, dificultando em alguns aspectos o andamento dos Programas e desenvolvimento sociocultural dos sujeitos do campo.

O Pronera foi o “ponta pé” inicial para que as demandas educacionais dos sujeitos do campo estivessem inseridas nas agendas dos governos. Foi por meio dele que surgiram “caminhos alternativos” que foram ampliados para outros grupos, e não apenas para os assentados da reforma agrária, (como era o Pronera), mas que contemple os sujeitos do campo na sua totalidade, como o Procampo. Todavia, pela morosidade no repasse dos recursos para a execução das atividades, paira uma dúvida entre a universidade, os alunos e o movimento social sobre a continuidade ou não da formação de diversos alunos que esperaram ansiosos para uma educação superior de qualidade.

Nesse sentido, julga-se importante ressaltar a apropriação que a UFPA teve para com a formação em nível superior dos sujeitos do campo. Isso pode ser observado pela oferta de 50 (cinquenta) e 40 (quarenta) vagas para o curso de Licenciatura em Educação do Campo nos vestibulares de 2012 e 2013, respectivamente, a fim de atender a essa demanda e outras pessoas interessadas na discussão da temática, preferencialmente aquelas vinculadas aos movimentos sociais.

Com isso, a UFPA avança no sentido de diversificar a oferta de cursos, formalizando e institucionalizando essa área acadêmica de importância significativa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Tocantina. A expectativa é que a partir disso há um outro passo importante a ser dado, para a continuidade e ampliação dessa conquista do movimento social, seja na realização de concurso público para

efetivar o quadro docente e técnico ou na melhoria da infraestrutura, assim como mecanismo para a efetiva consolidação da Graduação em Educação do Campo na instituição.

## **Bibliografia**

BONNAL, P; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural Brasileiro. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Procampo**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673)>. Acesso em: 30 de set. de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 02 de nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação no Campo**. Brasília: INEP, 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília, 2010.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 02 de março de 2013.

FREITAS, H. C. de A. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; FREITAS, H. C. de A. (Org.). **Educação do Campo**. Revista em Aberto, INEP, vol. 24, nº 85, Brasília, 2011.

MOLINA, Mônica; FREITAS, H. C. de A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; FREITAS, H. C. de A. (Org.). **Educação do Campo**. Revista em Aberto, INEP, vol. 24, nº 85, Brasília, 2011.

SÁ, L. M. *Et al.* A produção do conhecimento na formação dos educadores do campo. In: MOLINA, Mônica; FREITAS, H. C. de A. (Org.). **Educação do Campo**. Revista em Aberto, INEP, vol. 24, nº 85, Brasília, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Abaetetuba-PA: UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia das Águas**. Abaetetuba-PA: UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba, 2005.

